



Índice

- 01 Jogos Indígenas do Amazonas devem finalmente sair do papel. Previsão é que aconteça no segundo semestre deste ano
- 02 Grupo irá discutir pagamentos a pescadores artesanais
- 03 Biblioteca itinerante incentiva leitura na Amazônia e no sertão nordestino
- 04 Declarações de Kátia Abreu devem potencializar protestos indígenas
- 05 Editais incentivam a produção cultural de quem tem menos oportunidades
- 06 Acordo com o ministério encerra manifestação de pescadores
- 07 Conab adquire mais de 7 mil toneladas de alimentos pela Compra Institucional
- 08 CPT considera reforma agrária do governo Dilma a pior dos últimos 20 anos
- 09 Bonito mantém tradição da Festa de Reis e realiza 26º edição
- 10 [Indígenas ganham subsecretaria de assuntos agrários em dia histórico para etnias](#)
- 11 Índios de diversas etnias de Rondônia participarão do Projeto Açaí em 2015
- 12 A política indigenista sob comando do agronegócio
- 13 Em Paraty (RJ), acordo garante pesca tradicional e conservação de estação ecológica
- 14 Mulheres quilombolas do ES denunciam sofrer racismo ambiental
- 15 Governo se reunirá com lideranças indígenas para discutir subsecretaria



- 16** Casa de Apoio da FAS já recebeu primeiros índios
- 17** Educação indígena - Diretrizes para a formação de professores são homologadas
- 18** Rede Sustentabilidade repudia declarações da ministra Kátia Abreu
- 19** Delegado de Coronel Sapucaia quer Força Nacional na cidade
- 20** Dona Maria e o retorno dos encantados, por Eliane Brum, introduzindo Daniela Alarcon
- 21** Indígenas de RO concorrem a vagas em processo seletivo de universidade
- 22** As bruxas ainda vivem! Afinal, o que são as parteiras tradicionais?
- 23** Reinaldo e equipe ouvem reivindicações de índios
- 24** Incêndios criminosos impedem regeneração florestal em terra indígena
- 25** Indígenas do Vale do Javari temem exploração de petróleo

Jogos Indígenas do Amazonas devem finalmente sair do papel. Previsão é que aconteça no segundo semestre deste ano

SÍTIO ACRÍTICA.COM, 06.01.2015

Evento deve acontecer na praia da Ponta Negra, Zona Oeste. Evento foi idealizado em 2009 pela extinta Fundação Estadual dos Povos Indígenas (Fep)



Jogos possuem modalidades curiosas como a corrida com revezamento de tronco

Jogos possuem modalidades curiosas como a corrida com revezamento de tronco

Ainda movida pelo sucesso da Copa do Mundo em Manaus, a Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind) começa a traçar metas para realizar a primeira edição dos Jogos Indígenas do Amazonas. A previsão é que o projeto (que nasceu há três anos, mas que foi idealizado em 2009 pela extinta Fundação Estadual dos Povos Indígenas - Fepi) seja posto em prática pelo Governo do Estado no segundo semestre de 2015, na Ponta Negra, Zona Oeste, com a participação de indígenas de todo o Brasil.

A Seind tem mantido um diálogo constante com a Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer (Sejel) e outros parceiros, para organizar a competição, mas nesta terça-feira (6), recebeu o apoio importante de um dos precursores dos Jogos Indígenas em São

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 2/ 2015

Brasília, 08 de janeiro de 2015.

Paulo e em outras localidades do País: o líder indígena Robson Miguel, mais conhecido como cacique cafuzo Tukumbó Dyeguaká.

O objetivo é reunir 150 mil pessoas, entre indígenas e não indígenas, durante três dias, e fazer com que os jogos entrem no calendário oficial de eventos do Estado.

“O projeto é da Seind, mas com essa troca de experiências, a ideia é fazer com que tenhamos um evento de grande envergadura, que possa atrair parceiros também da iniciativa privada, além de beneficiar o maior número de indígenas em nosso Estado”, destacou o titular da Seind, Bonifácio José Baniwa.

De acordo com Tukumbó, indígena do povo Guarani, além da disputa em diversas modalidades, outro objetivo é fazer com que a atividade também tenha um apelo cultural, baseado na própria tradição de cada povo.

“Temos aqui a maior concentração étnica brasileira e, na minha primeira impressão, acredito que há tempo hábil para que os jogos sejam realizados este ano”, arriscou Tukumbó.

Uma das propostas é reunir 515 indígenas, representantes de cada etnia, para entoar o Hino Nacional Brasileiro na língua tikuna.

“Com tanta gente cantando o hino, ao mesmo tempo, podemos até ganhar um lugar no Livro dos Records (Guinness Book)”, observou o cacique.

Tukumbó, que também é músico, maestro, historiador e palestrante da cultura indígena ambiental, foi o primeiro a fazer a versão, gravação e lançamento do Hino Nacional Brasileiro na língua Guarani (com Karaí Basílio).



Grupo irá discutir pagamentos a pescadores artesanais

SÍTIO PORTAL BRASIL, 07.01.2015

Serão analisados os impactos das alterações relacionadas à concessão do seguro e a operacionalização dos pagamentos nos próximos meses

Os ministros do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas e da Pesca e Aquicultura, Helder Barbalho, definiram, na manhã desta quarta-feira (7), a criação de um grupo de trabalho que vai analisar os impactos das alterações relacionadas à concessão do seguro defeso.

Os resultados dessa análise deverão ser entregues até a próxima sexta-feira (9). O próximo encontro vai acontecer na sede do Ministério da Previdência Social, que ficou com a coordenação do grupo.

O estudo irá abranger a influência da medida junto aos pescadores artesanais e modelos para a operacionalização dos pagamentos que devem ser feitos nos próximos meses.

Alterações

O benefício foi alterado por meio da publicação da Medida Provisória 665, de 30 de dezembro de 2014. Pelas novas regras, o pagamento do Seguro Defeso será efetuado ao trabalhador que comprovar três anos de registro como profissional, que comercializou sua produção nos últimos 12 meses e exerce a atividade da pesca de forma exclusiva.

A regra anterior previa apenas um ano de registro profissional e a comprovação ou da comercialização ou do recolhimento previdenciário como pescador artesanal. A dedicação também não precisava ser exclusiva.

O objetivo do governo, com a Medida Provisória, segundo lembrou o ministro Manoel Dias, é corrigir distorções e preservar todos os direitos do trabalhador, além do patrimônio do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

De acordo com um levantamento do governo federal, foi identificado acúmulo de benefícios por pescadores que receberam o Seguro Defeso, que garante um salário mínimo para trabalhadores que exercem atividade de forma artesanal, durante o período em que a pesca é proibida, para garantir a reprodução das espécies.

O estudo apontou, ainda, que existem problemas na concessão do benefício e insegurança jurídica, principalmente porque decisões judiciais têm estendido o benefício a não-pescadores.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 2/ 2015

Brasília, 08 de janeiro de 2015.

A expectativa do governo, ainda segundo o ministro, é fazer com que todos os trabalhadores que de fato têm direito recebam o benefício. Só deixarão de recebê-lo aqueles que não são pescadores e estão recebendo o benefício indevidamente.

As medidas também garantem a vedação de acúmulo de benefícios assistenciais e previdenciários de natureza continuada com o seguro defeso; a inclusão da carência de três anos a partir do registro do pescador; comprovação da comercialização da produção ou recolhimento previdenciário, ambos pelo período mínimo de 12 meses ou período entre defesos, e a vedação do seguro aos familiares do pescador que não preencham as condições exigidas.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego



Boletim de Notícias - Edição nº 2/ 2015

Brasília, 08 de janeiro de 2015.

Biblioteca itinerante incentiva leitura na Amazônia e no sertão nordestino

SÍTIO PORTAL EBC, 07.01.2015

Projeto Barcas das Letras chega às aldeias indígenas, comunidades ribeirinhas e aos quilombos

Tarde Nacional faz entrevista com o coordenador de um trabalho voluntário que estimula o prazer da leitura. Os livros são recolhidos em Brasília, que é o principal centro de arrecadação. Os livros infantis doados são levados para até quatro comunidades na Amazônia ou no Nordeste. Segundo o coordenador da Barca das Letras, Jonas Banhos, o projeto nasceu em 2008, no Amapá, na comunidade quilombola Conceição do Macaquari, à beira do Rio Macaquari.

A Barca das Letras precisou ser espalhada para outras comunidades, para incentivar a leitura entre as crianças que vivem à beira do rio, onde não há políticas básicas para a comunidade. Jonas Banhos diz que houve a necessidade de navegar por vários outros estados e hoje vai levando livros e ensinamentos às crianças de vários estados brasileiros. No próximo dia 11, a Barca das Letras faz uma ação na Festa do Marmelo, no quilombo Mesquita, Cidade Ocidental, no entorno do Distrito Federal.

Saiba como contribuir com livros para a biblioteca itinerante Barca das Letras nesta entrevista de Jonas Banhos ao programa Tarde Nacional, na Rádio Nacional de Brasília.

Link do áudio: <http://radios.ebc.com.br/tarde-nacional-brasilia/edicao/2015-01/barca-das-letras-incentiva-o-habito-da-leitura-em-criancas> Produtor Joana Darc Lima

Declarações de Kátia Abreu devem potencializar protestos indígenas

SÍTIO SIMI, 07.01.2015

Fonte da notícia: Rede Brasil Atual



Logo após assumir o cargo de ministra da Agricultura, a ex-senadora Kátia Abreu, deu declarações que ofenderam os indígenas, segundo o secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário, Cleber Buzatto. Ele afirma que as declarações da ministra devem potencializar os protestos de comunidades indígenas.

Link da reportagem de Marilu Cabañas, para a Rede Brasil Atual:

<http://www.cimi.org.br/pub/Katia%20Abreu/0701%20MARILU%20CIMI%20MINISTRA.mp3>



Editais incentivam a produção cultural de quem tem menos oportunidades

SÍTIO PORTAL BRASIL, 07.01.2015

Grupos minoritários, como os ciganos e os negros, foram contemplados em editais do Ministério da Cultura em 2014

A estudante de direito Bárbara Angeli Piemonte Silva, 20 anos, nasceu em Franco da Rocha, interior de São Paulo, mas, apesar da pouca idade, já conheceu boa parte do Brasil e do mundo. Cigana, viveu cerca de seis meses em cada lugar por onde passou.

No roteiro, constam cidades de norte a sul do Brasil e capitais de outros países, como Buenos Aires, na Argentina, e Madri, na Espanha. Embora hoje esteja na faculdade, ainda lembra as dificuldades que enfrentou durante os tempos de escola, por ser cigana.

"Na escola, fui muito discriminada, não pelos professores e diretores, mas pelos próprios alunos, que me chamavam de suja. O ser humano julga muito a aparência, se você está bem vestido e se mora em uma boa casa", lamenta Bárbara.

Para valorizar a cultura cigana, o Ministério da Cultura lançou, no ano passado, a terceira edição do Prêmio Culturas Ciganas. O edital, feito em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir), visa conceder 60 prêmios de R\$ 14.285,72.

Destes, 15 vão para pessoas físicas ciganas, 35 para grupos e comunidades ciganas sem constituição jurídica e 10 para instituições privadas sem fins lucrativos, integradas por indivíduos pertencentes a qualquer etnia cigana e reconhecidas por sua contribuição social e cultural à cultura cigana. No total, serão investidos o montante de R\$ 857.143,20, derivados do Programa 2027 – Preservação, Promoção e Acesso à Cultura, da Administração Direta.

"Isso ajuda bastante a ampliar os acampamentos. Em Brasília, tem uma escola de dança com dificuldade: a condição deles lá é precária, as lonas estão velhas, e não há saneamento básico, nem luz", conta Bárbara. "O dinheiro ajudaria a trocar as lonas, e o prêmio também valoriza essa comunidade e ajuda a combater o preconceito", completa.

Este foi apenas um dos editais com foco em comunidades minoritárias lançados pelo Ministério da Cultura no ano passado. Em 2014, o prêmio Cultura Hip Hop, por exemplo, realizado em parceria com a Fundação Nacional das Artes (Funarte), veio a público com o objetivo de premiar 170 iniciativas, entre R\$ 14,3 mil e R\$ 20 mil, que fortalecem expressões culturais do movimento Hip Hop.

CONT.



Incentivo a artistas negros

O Ministério da Cultura, em parceria com entidades vinculadas e secretarias, também lançou iniciativas voltadas para artistas negros. Foi o caso do Edital Bolsa Funarte de Fomento aos Artistas e Produtores Negros. Com investimento de R\$ 4 milhões, o edital contemplará 45 projetos.

Na área de cinema, também houve iniciativas do governo. O edital Curta Afirmativo: Protagonismo da Juventude Negra na Produção Audiovisual busca contemplar 34 projetos com investimento de R\$ 3 milhões.

A brasiliense Priscila Pereira Martiniano da Silva, de 19 anos, foi uma das beneficiadas e pôde realizar seu primeiro curta como diretora, ao se inscrever no edital Curta Afirmativo. Escolheu uma história que se passou com seu pai, Alexandre Silva, um cinegrafista apaixonado pela profissão, que acabou envolvido com ladrões de banco ao fazer uma reportagem.

Em 2014, foram lançados também o Prêmio Nacional de Expressões Culturais Afro-Brasileiras, que visa beneficiar 25 projetos nas áreas de dança, artes visuais, teatro e música, assim como a publicação do Prêmio de Culturas Afro-Brasileiras, que contemplou 80 iniciativas de comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana e coletivos culturais negros.

Fonte: Ministério do Turismo.

Acordo com o ministério encerra manifestação de pescadores

SÍTIO PORTAL VERMELHO, 07.01.2015

A manifestação de pescadores que impedia o trânsito de navios no Porto de Itajaí, em Santa Catarina, terminou nessa terça-feira (6) após acordo com o ministro da Pesca, Helder Barbalho



A entrada para o complexo portuário do Itajaí-Açu, em Santa Catarina, foi fechada pelos pescadores em protesto pela revogação da portaria 445

Em negociação com as lideranças dos sindicatos e colônias de pescadores da região, o ministro garantiu a participação dos profissionais da pesca em um Grupo de Trabalho do Ministério para discutir a situação das espécies de interesse comercial no país.

O Grupo de Trabalho no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) contará com cinco representantes dos trabalhadores e armadores da pesca. Assim, eles terão a oportunidade de colocar as suas posições aos especialistas do MPA.

CONT.



Outro grupo de discussão a ser criado será interministerial, envolvendo Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Pesca e Aquicultura. Ele terá 30 dias para analisar a Portaria nº 445, publicada em dezembro passado, sobre espécies ameaçadas de extinção.

Entre as espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira mencionadas na portaria muitas são alvos tradicionais da pesca artesanal, como pescadas, arraias, cações e bagres.

“A sustentabilidade ambiental é um compromisso de todos os pescadores brasileiros”, ressaltou o ministro Helder Barbalho. Para ele, a manutenção dos estoques pesqueiros permite a continuidade das atividades dos profissionais do setor ao longo do tempo.

“Assim, devemos estar abertos à negociação, para que todos alcancem um denominador comum, que se apoie na sustentabilidade ambiental, social e econômica”, explicou Barbalho.

Na próxima quinta-feira (8), o ministro receberá os representantes do setor pesqueiro, para discutir diversas pautas de interesse do setor. A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, participará do encontro, assim como autoridades que, em Santa Catarina.

Fonte: Ministério da Pesca e Aquicultura



Boletim de Notícias - Edição nº 2/ 2015

Brasília, 08 de janeiro de 2015.

Conab adquire mais de 7 mil toneladas de alimentos pela Compra Institucional
SÍTIO GLOBO RURAL, 08.01.2015

Despesa total em 2014 foi superior a R\$ 25 milhões

POR REDAÇÃO GLOBO RURAL

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) adquiriu mais de 7 mil toneladas de produtos da agricultura familiar pela Compra Institucional em 2014. Em nota, a Companhia informou que foram aplicados cerca de R\$ 25 milhões na aquisição de arroz, farinha de mandioca, farinha de trigo, feijão, flocos de milho, fubá, macarrão e leite em pó.

"É mais uma opção para o agricultor familiar comercializar sua produção. Ajuda a gerar emprego e renda para os trabalhadores no campo e também a garantir a segurança alimentar de muitos brasileiros", ressalta o gerente de Parcerias Institucionais da Conab, Delton Mendes Vieira, na nota.

A Compra Direta da Agricultura Familiar faz parte do Programa de Aquisição de Alimentos. O objetivo é comprar produtos de agricultores enquadrados no Pronaf com base nos preços de referência, que não podem ser superiores nem inferiores aos dos mercados regionais.

Os produtos são destinadas a grupos em vulnerabilidade social, como famílias acampadas, comunidades de terreiros, pescadores artesanais, quilombolas, atingidos por barragens e indígenas. As comunidades são indicadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, parceiro da iniciativa.



CPT considera reforma agrária do governo Dilma a pior dos últimos 20 anos

SÍTIO CBN FOZ DO IGUAÇU, 08.01.2015

Por Agência Brasil

A diminuição de desapropriações de terra, da quantidade de famílias assentadas e de novas demarcações de terras de indígenas e quilombolas levou a Comissão Pastoral da Terra (CPT) a classificar os números da reforma agrária no primeiro governo da presidenta Dilma Rousseff como "os piores dos últimos 20 anos".

A afirmação consta de balanço divulgado hoje (7) pela comissão, dois dias após a nova ministra da Agricultura, Katia Abreu, ter dito que não existem mais latifúndios no país e negado a necessidade de uma reforma agrária ampla.

"Na nossa concepção, a situação dos camponeses está péssima, retroagiu. Basta pegar os números para ver que o governo não teve atenção com os camponeses e também com indígenas e quilombolas", disse à Agência Brasil o coordenador da CPT em Pernambuco, Plácido Junior. "A opção foi pelo agronegócio", criticou.

De acordo com a CPT, de 2011 a 2014 foram assentadas 103.746 mil famílias. No entanto, desse total, apenas 27% (28.313 mil) são ligadas a processos de assentamento originados no governo Dilma, segundo a entidade.

No documento, a comissão critica a demora do governo no anúncio de decretos de desapropriação em 2014. Das 30 áreas foram liberadas para reforma agrária no ano passado, 22 só foram anunciadas no último dia do ano. "No entanto, isso não garante de fato o assentamento de novas famílias sem-terra, pois além do processo ser lento, os proprietários ainda podem decorrer da decisão".

A CPT também aponta o aumento no número de áreas de conflito e da violência sofrida por trabalhadores rurais. "O ano de 2014 amargou a marca de 34 pessoas assassinadas no campo, o mesmo número de 2013", diz o texto que indica os estados do Pará, do Maranhão e de Mato Grosso do Sul como os campeões de violência no campo.

Em nota publicada em sua página na internet nesta quarta-feira, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) informou que o governo federal distribuiu aproximadamente 2,9 milhões de hectares durante o primeiro governo Dilma (2011-2014).

"Ao longo desse período, foram criados 493 projetos de assentamento em benefício de 107,4 mil famílias. Em 2014, foram assentadas 32.019 famílias ante a uma meta de assentamento de 30 mil. Considerando a média de 2,8 ocupações por lote, projeta-se que 89,6 mil pessoas viverão e trabalharão nos novos projetos de assentamentos", diz o texto.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 2/ 2015

Brasília, 08 de janeiro de 2015.

O Incra informou ainda que, ao longo de 2014, foram investidos R\$ 1,39 bilhão nas ações finalísticas do instituto e que, deste montante, R\$ 527.904 foram empenhados na desapropriação e aquisição de imóveis para assentamentos.

Fonte: Agência Brasil

Bonito mantém tradição da Festa de Reis e realiza 26º edição

SÍTIO CAPITAL NEWS, 08.01.2015



Tradição promete animar o final de semana dos foliões da Festa de Reis da região
Foto: Divulgação/Assessoria de Imprensa

Com mais de 300 anos de tradição, a Folia de Reis é uma das festas cristãs mais populares do país. Em Bonito MS, quem preserva essa história são os moradores do Distrito de Águas de Miranda, que realizam há 26 anos a festa, levando a bandeira dos três reis magos por cerca de 80 quilômetros.

Promovida pela Associação Negra Quilombola Ribeirinha Águas de Miranda, com apoio da Prefeitura Municipal de Bonito, a "26ª Festa de Folia de Reis – Companhia Mensageiro da Paz" será realizada neste sábado (10), às 19 horas, no Distrito de Águas de Miranda, com a presença da população local e de comunidades quilombolas das cidades de Anastácio, Jaraguari, Maracaju e Nioaque.

De acordo com o presidente da associação, Valdecir Amorim, a tradição é comum no Nordeste do país e devido ao grande número de descendentes do distrito acabou se popularizando na região. "Essa festa é tradicional no nordeste e como aqui nós temos muitas pessoas da Bahia, Ceará, Pernambuco e Minas Gerais, acabamos mantendo a tradição. Trouxeram a bandeira do Assentamento Monjolinho, há 30 anos, foi o senhor Maurílio Modesto que começou e que até hoje é o senhor que continua realizando a festa", afirma o presidente.

CONT.



Mais de 26 pessoas carregam a bandeira com a imagem dos três reis magos, a maioria integrante da família de Modesto. "Eles percorrem mais de 80 km, passa por Anastácio, pelas casas do distrito, por fazendas, chácaras. É uma festa bem católica, de adoração mesmo aos santos reis magos. Muita gente acredita que eles possam realizar milagres e fazem os seus pedidos", explica.

Em 2015 a expectativa é de 700 a 800 pessoas. "A internet ajuda muito a divulgar. A comunidade também participa muito. No ano passado conheci uma senhora que tinha recebido uma graça dos reis magos e agora participava da procissão. Tem gente que promete para 2 anos, 1 ano participar da festa, mas tem gente que promete para a vida toda", acredita.

A festa começa no sábado, às 19 horas, com uma procissão, seguida de baile e um jantar gratuito. No domingo, será realizado um torneio de futebol, promovido com apoio da Secretária de Esportes do Município.

Fonte: Juliana Brum - Capital News (www.capitalnews.com.br)



Indígenas ganham subsecretaria de assuntos agrários em dia histórico para etnias
SÍTIO CAPITAL NEWS, 08.01.2015

Quinta-feira, 8 de janeiro de 2015. Dia histórico para as comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul, que foram atendidas na tarde desta quinta, pelo governador do Estado, Reinaldo Azambuja para a criação inédita de uma subsecretaria e superintendência de assuntos indígenas, para melhor andamento da resolução das questões dos índios que vivem em Mato Grosso do Sul.

Envolvido de muita emoção pelos representantes das etnias Guarani Kaiowá, Guató, Terena e Kadiwéu, o evento teve discursos de vários representantes que relataram a realidade dos indígenas e como eles vivem diante dos conflitos agrários e da falta de estrutura mínima nas aldeias, durante a solenidade onde foram firmados compromissos para auxiliar essas questões.

Silvana Terena, da comunidade Terena, comentou sobre o momento histórico e a esperança por situações melhores em que os índios vivem no Estado. "Durante anos não tivemos a oportunidade que estamos tendo hoje, nunca pisamos aqui dentro de uma governadoria com tanto peso como hoje. É um momento histórico e único. Eu vim aqui pessoalmente para vivenciar esse momento de confiança total e de esperança por uma vida melhor aos indígenas, precisamos de saúde, educação, apoio a nossa agricultura familiar e com a criação dessa superintendência nós teremos voz, eu estou muito feliz e confiante que as coisas vão melhorar", comenta a representante indígena.

O governador Reinaldo Azambuja, juntamente com a vice-governadora Rose Modesto destacaram a importância do passo dado em relação ao novo diálogo entre as etnias e grupos indígenas e que considera Mato Grosso do Sul um Estado que vive uma nova era. "Nós estamos muito felizes de estar aqui hoje e confirmar um desejo antigo, de criar essa subsecretaria, essa superintendência agrária que foi feito em compromisso com os indígenas e nós sempre mantivemos o diálogo e agora podemos atuar juntamente com todos, existem problemas na saúde, educação, queremos melhorar a estrutura na agricultura familiar, tudo isso tem que ser feito com atenção mas principalmente respeitando os povos da nossa terra, seja índio, negro, amarelo, branco, todos tem que ter dignidade e respeito", afirma o governador.

Questão fundiária e conflitos

Na ocasião o governador comentou sobre os problemas de conflitos e questões fundiárias no Estado. "Nós passamos por um momento de mudanças e essas mudanças devem partir também em relação a reforma agrária e acabar com os conflitos entre índios e produtores rurais, vamos trabalhar firme para que essas diferenças sejam diminuídas e fazer com que os donos de terras tenham seus direitos mas que os índios também tenham voz e possam produzir e sustentar suas famílias", destaca Azambuja.

CONT.



Carta de intenções

Foi entregue pelos representantes indígenas, durante a solenidade uma carta de intenções que foi assinada pelo governador para que esferas como educação indígena, transporte, alimentação, estrutura de saúde básica e suporte no diálogo entre os produtores rurais fosse confirmada e cumprida pelo poder público. Reinaldo Azambuja também destacou a maior participação em relação a atividades culturais que destaquem mais as raízes dos índios no Estado. "Nós queremos mostrar e valorizar a cultura de vocês que é nossa também, vamos colocar mais indígenas nos eventos, como Festival América do Sul em Corumbá, pois não me lembro de terem participado nos últimos anos e vocês são parte fundamental das nossas raízes, vamos trabalhar firme em cima dessas conquistas", destacou o governador.

Mato Grosso do Sul possui o segundo maior número em povos indígenas no país, mais de 10 mil, tendo os Terena e Guarani fazendo parte dessa estatística. O Estado hoje é marcado por diversos conflitos entre produtores rurais e índios, por posses de terras e mortes em disputas de terra. Estiveram presentes no evento o secretário de governo, Eduardo Riedel, secretário de segurança pública, Sílvio Maluf, Emerson Kalif, procurador do Ministério Público Federal, Athayde Nery, Secretário de Cultura, Nelson Cintra, diretor da Fundação de Turismo (Fundtur) e diversas lideranças indígenas e outros representantes políticos do Estado.

Fonte: Taciane Peres - Capital News (www.capitalnews.com.br)



Boletim de Notícias - Edição nº 2/ 2015

Brasília, 08 de janeiro de 2015.

Índios de diversas etnias de Rondônia participarão do Projeto Açaí em 2015

SÍTIO EM RONDONIA.COM, 08.01.2015

O projeto, que começará a terceira edição neste ano, é voltado para o público indígena

A primeira fase do curso normal de nível médio para professores em área indígena, denominado como Projeto Açaí, terá início no dia 12 deste mês, em Ji-Paraná, e contará com a participação de 120 índios de mais de 30 etnias do Estado.

O projeto, que começará a terceira edição neste ano, é voltado para o público indígena que deseja atuar como professor na educação infantil e anos iniciais (1º ao 5º ano) do ensino fundamental, considerando a diversidade linguística, intercultural e histórica das etnias atendidas.

O curso, que é promovido pelo Governo de Rondônia através da Secretaria de Estado de Educação (Seduc), é dividido em oito fases e tem duração de três anos, segundo o coordenador do setor indígena da Seduc, Flávio Luiz, que prevê a conclusão de quatro fases em 2015, sendo que a primeira deve finalizar no dia 14 de fevereiro. Em 2014, o Projeto Açaí formou 136 alunos indígenas em professores.

Uma das modalidades mais importante – e obrigatória – do projeto é o aprendizado da língua materna. A importância da disciplina se baseia na preservação do universo sociocultural específico de cada etnia. Flávio explica que as aulas são bilíngues e, preferencialmente, ministradas por professores indígenas. “As aulas acontecem de manhã e à tarde de segunda à sexta e, fora a disciplina específica, o curso é composto por todas outras de um curso de magistério normal”, comenta.

A abertura do Projeto Açaí III acontece às 10h, no dia 12, no Hotel Minuano, em Ji-Paraná.

Fonte

Texto: Halex Frederic

Fotos: Coordenação de Educação Indígena

Decom - Governo de Rondônia



A política indigenista sob comando do agronegócio

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.01.2015

Clovis Antonio Brighenti, historiados e membro do Cimi

No último dia 5, em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, a latifundiária e pecuarista ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, deixou claro qual será a política indigenista do próximo mandato da presidente Dilma Rousseff: nada de demarcações de terras indígenas e mudança na legislação, ou seja, uma continuidade mais radical dos últimos quatro anos do governo. Segundo a latifundiária, os indígenas atuais não têm direito porque eles "saíram da floresta e passaram a descer nas áreas de produção".

A política indigenista brasileira, legalmente, não é atribuição do ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. No entanto, na prática, este é o ministério que mais exerce influência no governo sobre a temática, e é a bancada do agronegócio na Câmara que tem externado os mais veementes discursos racistas, preconceituosos e tem incitado a violência contra os povos indígenas. Além da incidência política na relação com o governo há uma relação pessoal entre Dilma Rousseff e Kátia Abreu, definida pela ministra como sendo de "fã", e a confiança recíproca também é verdadeira.

A declaração de que os indígenas são e deveriam permanecer na floresta revela a mais profunda ignorância externada por uma pessoa, inadmissível a um Ministro de Estado. A frase só pode ser entendida a partir da dimensão política, do uso do cargo público para impedir que os povos indígenas acessem seus direitos. Também tem a função de criar na opinião pública conceitos distorcidos e levianos no sentido da não humanização dos povos indígenas.

Primeiramente, é importante compreender que os povos indígenas não são e nunca foram da floresta. As informações arqueológicas, históricas e contemporâneas demonstram que os povos indígenas vivem em aldeias, algumas chegando a constituir-se como cidades e outras apenas povoados, mas não há dados históricos que demonstram que os indígenas viviam como quer fazer crer a ministra. Havia e há uma relação próxima com a floresta, devido aos conceitos de natureza humana, comum entre povos indígenas, pelos quais pessoas e meio ambiente são integrantes de um mesmo cosmos e necessitam-se reciprocamente para sobreviver, muito diferente dos conceitos do agronegócio em que o meio ambiente é um estorvo, um impedimento ao lucro, basta lembrar que foi a mesma bancada de latifundiários que provocou a mudança no Código Florestal brasileiro, a fim de ampliar o cultivo de cana e soja.

Os dados históricos demonstram que as regiões onde se concentram os maiores conflitos por terra nesse país – Mato Grosso do Sul, região Sul e Nordeste – são locais onde os povos indígenas foram violentamente arrancados de suas terras. O relatório produzido pela Comissão

CONT.



Nacional da Verdade, e entregue no último dia 10 de dezembro à presidente Dilma Rousseff, revela que a expulsão desses povos ocorreu a partir de 1950, com a Marcha para o Oeste do governo de Getúlio Vargas, tanto no oeste dos estados do Sul como no Mato Grosso do Sul.

Até esse período essas regiões eram ricas e florestadas. Foi o agronegócio, predador, que avançou sobre as terras indígenas, destruiu a floresta, mecanizou o campo e expulsou os indígenas. Mesmo nos locais em que as terras indígenas já estavam consolidadas, a partir da criação de reservas no início do século XX, houve reduções, foram feitos acordos entre o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e governos de estados para reduzir as terras. Outros indígenas foram expulsos e povos praticamente exterminados, como no caso dos Xetá no noroeste do Paraná, sem nunca terem tido acesso a uma terra regularizada e os Kaiowá, no MS, confinados em pequenas reservas. Portanto, nada mais mentirosa e preconceituosa que a declaração da ministra.

A pecuarista também fez questão de posicionar-se sobre o reconhecimento da tradicionalidade, demonstrando mais uma vez sua total ignorância e malícia com relação ao tema: "Se a presidenta entender que os pataxós estão com a terra pequena, arruma dinheiro da União, compra um pedaço de terra para eles e dá. Ótimo. Eu só não posso é tomar terra das pessoas para dar para outras." Ou seja, se seus colegas latifundiários tomaram as terras dos Pataxó é a União que deve "comprar" um pedaço de terra. Ora, senhora pecuarista, não é assim que define a legislação brasileira que a senhora, como ministra, deveria muito bem conhecer.

Por fim, a Miss Desmatamento 2009 (prêmio concedido pelo Greenpeace), usa de artimanhas esdrúxulas, demonstrando o quanto irresponsável é, não apenas em relação aos povos indígenas, mas com todo o Brasil: "Então, vamos tomar o Rio de Janeiro, a Bahia. Por que [o raciocínio] só vale em Mato Grosso do Sul? O Brasil inteiro era deles. Quer dizer que nós não iríamos existir." Discurso fajuta e que não contribuiu com a solução dos conflitos. Todos nós sabemos que os povos indígenas reivindicam terras específicas e pontuais definidas como terras tradicionalmente ocupadas. É importante ressaltar que se todas as terras reivindicadas pelos povos indígenas no estado do Mato Grosso do Sul, por exemplo, que tem a segunda maior população indígena do país, fossem demarcadas, esse total corresponderia a apenas 2% do estado todo. Mais de 85% do Brasil já está consolidado como não terra indígena, portanto quanto mais querem os latifundiários?

Diante do absurdo do discurso da Ministra não resta outra alternativa que pedir solenemente à presidente Dilma Rousseff que demita a ministra, que nunca deveria ter assumido um cargo como o que ocupa... pelo bem do Brasil.

*Clovis Antonio Brighenti é Historiador, membro do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e professor de História na Universidade Federal de Integração Latino-Americana (Unila).

Em Paraty (RJ), acordo garante pesca tradicional e conservação de estação ecológica
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.01.2015

Intermediado pelo MPF, o acordo mostra que é possível compatibilizar a presença e a subsistência de populações tradicionais em unidades de conservação



Foto: Praia da Vila de Tarituba – Paraty/RJ (Instituto Ambiental Costa Verde)

MPF/RJ

A partir da mediação do Ministério Público Federal (MPF) em Angra dos Reis (RJ), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e os pescadores da comunidade de Tarituba, em Paraty (RJ), assinaram Temo de Ajuste de Conduta (TAC) para garantir a conservação da Estação Ecológica de Tamoios e a realização de projetos de pesquisa, bem como proporcionar a manutenção dos modos de vida e os meios de subsistência dos pescadores.

De acordo com o TAC, o ICMBio fica responsável por promover cursos de capacitação em legislação pesqueira, gestão compartilhada, monitoramento participativo e multidisciplinar, além de outras temáticas pertinentes. Os pescadores devem cumprir a legislação e as

CONT.



cláusulas vigentes no TAC, como participar dos cursos de capacitação, utilizar somente embarcações a remo ou vela e apresentar planilhas mensais de controle de quantidade e espécies extraídas por cada pescador.

Anualmente, a Estação Ecológica deverá apresentar o resultado do monitoramento para serem feitas a avaliação e a proposição de possíveis medidas corretivas. O TAC tem validade de três anos e poderá ser renovado por igual período, em comum acordo entre as partes. Os resultados do monitoramento, medidas corretivas ou complementares observadas ao longo de todo esse período deverão ser incorporadas ao TAC.

O procurador da República Felipe Bogado, que intermediou o TAC, disse que “esse acordo já era aguardado há tempos pelos pescadores de Tarituba e demonstra a possibilidade de compatibilizar a presença de populações tradicionais em unidades de conservação, mesmo as de proteção integral. Assim, os modos de vida dessas populações são garantidos e ainda auxiliam nos objetivos de preservação e conservação ambientais”.

O procurador também destacou o compromisso do ICMBio de apresentar uma proposta para a consolidação territorial da ESEC Tamoios, ouvindo a comunidade de Tarituba e estabelecendo o microzoneamento das áreas ocupadas por populações tradicionais, visando à elaboração de um Plano de Uso Tradicional (PUT).



Mulheres quilombolas do ES denunciam sofrer racismo ambiental

SÍTIO CEDEFES, 08.01.2015

Cerca de 80 mulheres quilombolas realizaram o 1º Encontro Estadual de Grupos Comunitários de Mulheres Quilombolas do ES. Em carta política, fizeram denúncias e reivindicações

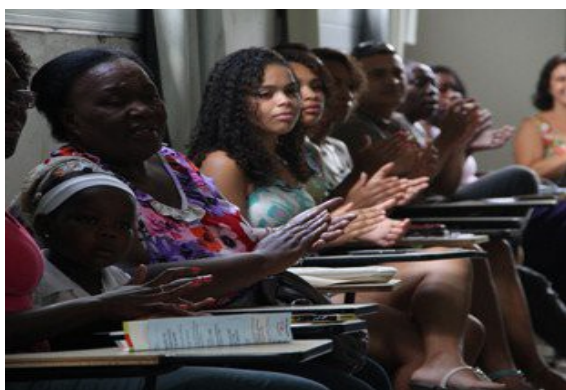
Colaboraram nesse texto Selma Dealdina, da Comissão Estadual de Mulheres Quilombolas do ES, e Fabíola Melca, da FASE no ES.

Mulheres quilombolas dos municípios capixabas de São Mateus, Conceição da Barra, Ibirapu, Santa Leopoldina, Guarapari, Itapemirim, Cachoeiro de Itapemirim e Presidente Kennedy participaram do 1º Encontro Estadual de Grupos Comunitários de Mulheres Quilombolas, que faz parte do projeto conveniado entre o programa da FASE no Espírito Santo e a Secretaria Especial de Promoção de Política de Igualdade Racial (Seppir).

O evento ocorreu nos dias 11 e 12 de dezembro em São Mateus. Mística, música clássica, intervenção artística e cinema fizeram parte da pauta. Compareceram mais 80 mulheres de várias idades, que fizeram do encontro um espaço de proposta e cobrança pela aplicação das políticas públicas direcionadas às comunidades quilombolas especificamente para as mulheres.

A carta política do encontro, assinada pela Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do ES Zacimba Gaba e Comissão Estadual das Mulheres Quilombolas do ES, denuncia a realidade das mulheres nos territórios tradicionais no estado. "Nestes dias confirmamos que as mulheres e as comunidades quilombolas como um todo continuam sendo invisibilizadas e sofrendo diversas formas de discriminação como a institucional e o racismo ambiental. As injustiças que recaem sobre as nossas vidas, comprometem o futuro das nossas próximas gerações", pontua o texto, que foi protocolado no Ministério Público Federal (MPF).

Temas e propostas



As atividades do encontro debateram os seguintes temas: Território, Produção, Comercialização e Segurança Alimentar, Organicidade dos Grupos Comunitários, Estratégia e Direitos das Mulheres Quilombola, Saúde da Mulher Quilombola, Cultura, e Educação Quilombola.

CONT.

Sobre a geração de emprego e renda para autonomia das quilombolas, um dos desafios apontados foi o registro legal da produção de alimentos realizada pelas mulheres. Isso as auxiliaria nas vendas, bem como na inclusão no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Além disso, ajudaria na comprovação do tempo de trabalho para a aposentadoria.

As mulheres quilombolas também reivindicam um ensino coerente com a realidade dos (as) quilombolas e que as diretrizes da educação quilombola sejam aplicadas na prática, assim como a Lei 10639 de 2003, que torna obrigatório nos currículos escolares o ensino da história da África.

Elas alertaram ainda sobre o enfrentamento à violência doméstica sofrida pelas mulheres quilombolas. Para quebrar o silêncio, foi incentivada a denúncia via Ligue 180, a Central de Atendimento à Mulher. Outro ponto destacado foi a necessidade em se fazer funcionar a Política Nacional de Saúde da População Negra. Elas pontuaram, por exemplo, que é urgente o estudo de casos da doença e anemia falciforme, miomas, câncer de colo de útero e mamas entre as mulheres de comunidades quilombolas.

Racismo Ambiental



Entre diversos pontos, a Carta Política do evento destaca que grandes empreendimentos

CONT.



poluidores colocam em risco os territórios das comunidades quilombolas, o que provoca o racismo ambiental, ou seja, injustiças sociais e ambientais que recaem sobre grupos étnicos historicamente vulnerabilizados.

“A força do grande capital ameaça cada vez mais nossa permanência em nossas terras e assim como outros territórios tradicionais somos tidos como as últimas fronteiras para a expansão destes grandes projetos como o agronegócio dos monocultivos de eucalipto, cana, mineradoras e petroleiras. A PEC 215 é um exemplo de como o Estado vem se mostrando muito mais comprometido com estes projetos do que com os povos e comunidades tradicionais”, afirma o texto.

Voltar

Fonte: <http://portalafricas.com.br/>



Governo se reunirá com lideranças indígenas para discutir subsecretaria

SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 08.01.2015

Azambuja irá cobrar soluções para os conflitos por terras em Mato Grosso do Sul

O governador Reinaldo Azambuja se reúne com lideranças indígenas de todas as etnias de Mato Grosso do Sul, com objetivo de discutir a formação da equipe técnica que irá comandar a Subsecretaria de Assuntos Indígenas. O encontro será às 14h, na governadoria, em Campo Grande (MS).

A administração estadual quer que a comunidade indígena do Estado indique nomes para compor a subsecretaria. Azambuja também irá se colocar à disposição para cobrar do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, soluções para os conflitos por terras do Estado.

A reunião terá a participação de representantes do Ministério Público Federal (MPF) e da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Além de Reinaldo e da vice-governadora Professora Rose, que é secretária de Estado de Direitos Humanos, Inclusão e Assistência Social, participam da audiência o secretário de Governo e Gestão Estratégica, Eduardo Riedel, o diretor-presidente da Fundação de Turismo (Fundtur), Nelson Cintra, e o diretor-presidente da Agraer, Enelvo Felini.

Casa de Apoio da FAS já recebeu primeiros índios

SÍTIO BEM PARANÁ, 08.01.2015



Índios chegam na Casa de Apoio da FAS: ajuda (foto: Valquir Aureliano)

Cerca de 30 índios já ocupam a Casa de Apoio ao indígenas em Curitiba, aberta na última terça-feira. O lugar abriu capacidade para 70 pessoas e funcionará nesses moldes durante dois meses, quando novas medidas deverão ser tomadas pelos órgãos envolvidos. A Prefeitura de Curitiba, por meio da Fundação de Ação Social (FAS), também fará a supervisão técnica do serviço e permanecerá fornecendo no período passagens de ônibus para os indígenas que desejarem retornar a seus municípios de origem.

“Temos a necessidade urgente de proteger principalmente crianças e adolescentes que estão em situação de rua ou trabalhando, o que não é permitido por lei”, afirmou a promotora Laís Letchacovski, da Promotoria de Justiça da Vara de Infância e Juventude de Curitiba, representando o Ministério Público. “A prioridade desta casa será dar proteção à criança e ao adolescente indígena. Por isso ela será destinada apenas a indígenas que estão na cidade para comercialização de artesanato”, disse a presidente da FAS, Marcia Oleskovicz Fruet. A Fundação já vinha atendendo os indígenas oferecendo acolhimento na Central de Resgate Social.

O imóvel foi cedido pela Prefeitura de Curitiba e o serviço, coordenado pela Fundação Nacional do Índio (Funai). O governo do Estado se responsabilizará pelo fornecimento de mobília, utensílios domésticos e manutenção predial. rior do Paraná e de outros estados, estejam em situação de rua em Curitiba.



Educação indígena - Diretrizes para a formação de professores são homologadas
SÍTIO PLANETA UNIVERSITÁRIO, 08.01.2015

A formação de professores indígenas em cursos de nível médio e superior no Brasil deve respeitar a organização sociopolítica e territorial dos povos, valorizar as línguas e promover diálogos interculturais. Esses princípios estão na resolução que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em abril de 2014 e agora homologada pelo Ministério da Educação.

Conforme a resolução do CNE, as diretrizes curriculares têm por objetivo regulamentar os programas e cursos de formação inicial e continuada de professores junto aos sistemas estaduais e municipais de ensino, às instituições formadoras e aos órgãos normativos. No documento de apresentação das diretrizes, o CNE salienta que 2.620 professores indígenas fizeram a formação em magistério entre 2005 e 2011. No período, foram ministrados 23 cursos por 20 instituições de educação superior em 14 estados. Desde 2005, segundo o conselho, o Ministério da Educação fomenta, por meio de editais, o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (Prolind) em instituições de educação superior públicas.

Cursos — De acordo com as diretrizes curriculares, a formação inicial de professores deve ser realizada em cursos específicos de licenciatura e pedagogia interculturais; a formação continuada, em cursos e programas específicos de atualização, extensão, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado. Será responsabilidade dos sistemas de ensino garantir a formação inicial e continuada em serviço aos professores.

É tarefa das universidades, responsáveis pelo itinerário formativo, preparar os professores indígenas para atuar e participar de diferentes dimensões da vida de suas comunidades como forma de adquirir conhecimentos. Eles devem ser orientados a usar a respectiva língua materna nos processos de ensino e aprendizagem, de pesquisas e de promoção e revitalização das práticas linguísticas e culturais, além de elaborar materiais didáticos. O documento contém uma relação de 14 itens a serem desenvolvidos com os professores cursistas.

Currículos — Os currículos podem ser organizados em núcleos, eixos, temas contextuais, módulos temáticos e áreas de conhecimento. Na formação inicial e continuada, o currículo deve considerar a territorialidade, o conhecimento indígena e seus modos de produção e expressão, a presença dos sábios, a consonância do currículo da escola indígena com o da formação do professor, a interculturalidade, o bilinguismo ou o multilinguismo.

Quando trata da qualificação dos encarregados de trabalhar na formação de professores indígenas, as diretrizes relacionam diversos requisitos. Entre os quais, que sejam profissionais

CONT.



com experiência no trabalho com os povos e comprometidos política, pedagógica, étnica e eticamente com os respectivos projetos que orientam os processos formativos.

As diretrizes tratam também da gestão democrática dos programas, projetos e cursos de formação de professores. Deve ser assegurada a participação de representantes indígenas, e cabe às instituições formadoras criar instâncias específicas de participação e controle social. O regime de colaboração entre os sistemas de ensino e instituições formadoras é outro ponto definido nas diretrizes. A colaboração é necessária para garantir acesso aos cursos, a permanência e o êxito.

A homologação do Parecer CNE/CP nº 6/2014 consta de despacho de 30 de dezembro de 2014, publicado no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2014. A íntegra do parecer homologado está na página do CNE na internet.

MEC Assessoria de Imprensa



Rede Sustentabilidade repudia declarações da ministra Kátia Abreu

SÍTIO PORTAL NACIONAL SEGS, 08.01.2015

Fonte/Autoria.: Eric Fujita

Em entrevista recente, a ministra da Agricultura, Kátia Abreu, declarou que não existe mais latifúndio no Brasil, assim como responsabilizou os índios pelos conflitos que anualmente ceifam inúmeras vidas, já que, em suas palavras, eles "saíram da floresta e passaram a descer para as áreas produtivas".

Tais declarações são extremamente preocupantes, já que negam realidades sociais dramáticas, como a divisão desigual do solo, historicamente construída através de privilégios e grilagem, assim como o morticínio de populações indígenas, de suas culturas, de ambientalistas e de agricultores familiares. Elas também não encontram suporte nos dados técnicos oficiais do próprio governo, que apontam que as maiores porções de terras em todos os biomas nacionais são ocupadas por latifúndios, que 40% deles são improdutivos e que, enquanto o número destes latifúndios cresce exponencialmente, nunca se fez tão pouca reforma agrária quanto no último governo.

O assassinato de indígenas é uma realidade cruel que cresceu alarmantes 270% nos últimos 12 anos. Tudo isto num contexto onde a bancada ruralista, ligada à ministra, apresenta no Congresso propostas que põem em risco as demarcações de terras indígenas futuras e passadas, terras de quilombos e unidades de conservação, como a PEC 215.

Ainda, na mesma entrevista, a ministra afirma que os cortes orçamentários atingirão apenas o que chama de "carne podre", logo após uma Medida Provisória promover perdas de direitos sociais, deixando muito claro o que a ministra considera prioridade.

A Rede Sustentabilidade repudia veementemente declarações desta natureza, ainda mais chocantes quando vindas do alto escalão do Executivo Federal e manifesta preocupação de que esta seja a perspectiva adotada pelo governo para as questões do campo e dos povos indígenas. A reforma agrária continua sendo urgente e necessária, assim como o reconhecimento e o combate aos crimes cometidos sistematicamente contra milhares de indígenas e o meio ambiente.



Boletim de Notícias - Edição nº 2/ 2015

Brasília, 08 de janeiro de 2015.

Delegado de Coronel Sapucaia quer Força Nacional na cidade

SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 08.01.2015

Os conflitos em terras ocupadas já resultaram em 22 boletins de ocorrência

O delegado de polícia de Coronel Sapucaia, Roberto Faria, quer que a Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública peça ao Ministério da Justiça reforço da Força Nacional de Segurança Pública para conter a tensão entre índios guarani-kaiowá e fazendeiros naquele município.

Os conflitos em terras ocupadas já resultaram em 22 boletins de ocorrência nos últimos cinco meses e no furto de mais de 100 cabeças de gado para abate. "É grave a situação. Aqui, é uma pólvora que pode explodir a qualquer momento se não tiver intervenção federal", disse o delegado.



Dona Maria e o retorno dos encantados, por Eliane Brum, introduzindo Daniela Alarcon

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.01.2015

Eliane Brum

Primeiro uma breve apresentação:

Vivemos um dos momentos mais difíceis para os povos indígenas desde a redemocratização do país. Este ano de 2015 não será fácil, basta prestar atenção nas declarações de Kátia Abreu, ministra da Agricultura do segundo mandato de Dilma Rousseff, a presidente que menos demarcou áreas indígenas no período democrático. Kátia Abreu afirmou, em entrevista à Folha de S. Paulo, publicada na segunda-feira (5/1): "Os índios saíram da floresta e passaram a descer na área de produção". Esta, para ela, seria a razão dos conflitos. Não vamos discutir aqui a asneira histórica cometida pela ministra, a total subversão da lógica e o flerte com o ridículo. Mas, se o nonsense é absoluto, a intenção não é inocente, muito pelo contrário. Como diz o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, "os povos indígenas são especialistas em fim de mundo porque o mundo deles acabou em 1500". Impingir àqueles cujo mundo devastamos o rótulo de "invasores" é de uma má fé calculada. E é diante desse cenário que precisam se mover aqueles que lutam pelos direitos humanos (e de todas as espécies vivas) e que sabem que, se ainda existe floresta em pé, é por conta dos povos indígenas e das populações quilombolas, ribeirinhas e agroextrativistas.

Entre as várias estratégias para matar os povos indígenas, uma das principais é não escutá-los. Não escutá-los como determina a Constituição e tratados internacionais, não escutá-los como quem tem algo a dizer sobre si. Não existe "o" indígena, mas uma enorme diversidade, riquíssima, na complexidade como cada um dos mais de 200 povos dá sentidos ao que chamamos de mundo e se vê dentro do mundo – ou dos mundos. Mas estes povos são silenciados também pela simplificação às vezes apenas burra, em geral mal intencionada, de fazê-los parecerem um só, chapados como "entraves ao desenvolvimento". Precisamos escutá-los. Seremos melhores se os escutarmos. Teremos alguma chance diante do enorme desafio representado pelas mudanças climáticas se os escutarmos.

É pensando nisso que abro meu site para Daniela Alarcon, antropóloga e jornalista que desde 2010 tem escutado os Tupinambá de Olivença. Junto com a documentarista Fernanda Ligabue, elas buscam recursos para fazer um documentário sobre a luta desse povo para viver, trazendo a narrativa desse Brasil para outros Brasis. Daniela vai nos contar aqui sobre dona Maria e as mulheres Tupinambá. Se acharem que o relato vale a pena, multipliquem-no. Sejamos, nas palavras de outro povo indígena, os Guarani Kaiowá, "palavra que age".

CONT.



Há mais de quatro décadas, seu Lirio e dona Maria – que aqui aparecem em retratos tomados de 1966 a 2013 – resistem às pressões de não índios sobre o sítio onde vivem, na aldeia Serra do Padeiro. (Daniela Alarcon, Arquivo Pessoal) Há mais de quatro décadas, seu Lirio e dona Maria – que aqui aparecem em retratos tomados de 1966 a 2013 – resistem às pressões de não índios sobre o sítio onde vivem, na aldeia Serra do Padeiro. (Daniela Alarcon, Arquivo Pessoal)

“Se eu soubesse escrever, nem o diabo poderia comigo”

Por Daniela Alarcon

– Minha mãe me pariu chorando e xingando, morando na rua do brega. Um pouco antes, meu pai foi lá e deu um pouco de dinheiro para ela. Ela xingou e enfiou num furo da casa, que era de pau-a-pique. Mãe trabalhava para ele numa quinta de café. Ele só conseguiu se deitar com ela depois de lhe dar um corte de tecido enfeitado. Quando eu tinha seis anos – eu lembro –, fui aonde ele estava e ele me deu um frasco amarelo desse tamainho, de perfume, de óleo, que ele tirou da vitrine da barbearia dele. E disse que não podia me registrar. Minha mãe falou que não era para eu ter recebido. Um frasco desse tamainho... Depois que eu pari Magnólia, fui na casa dele. Ele ficou todo assim, disse que eu podia pedir o que eu queria. Eu disse que não queria nada: eu nasci nua, já estou vestida.

Filha de uma índia Kariri-Sapuyá, povo que habita o sul da Bahia, dona Maria da Glória de Jesus nasceu em 1955. Sua mãe, Hilda Rosa de Jesus (Nita), nasceu em torno do início da década de 1940, na Reserva Indígena Caramuru-Catarina Paraguaçu, estabelecida em 1926, pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), precursor da Fundação Nacional do Índio (Funai). Nessa região, próxima à chamada “costa do descobrimento”, a longa história de contato entre índios e não índios expressa-se em inúmeras uniões interétnicas, geralmente entre mulheres indígenas e homens não indígenas. São disseminadas as histórias sobre índias “amansadas” por brancos, muitas das quais criaram sozinhas os filhos dessas relações. No caso de dona Maria, o abandono paterno evidencia-se pelo sobrenome: “de Jesus”. “Minha história de negro, eu não sei contar. Já minha história de índio, eu sei.”

Lencinho amarrado na cabeça, uma calça sob a saia, para proteger as pernas dos mosquitos e dos arranhões, dona Maria está sentada em um tamborete de madeira na parte externa da cozinha. Pouco mais de meio-dia, já cruzou a mata para arrancar mandioca para dar aos

CONT.



burros; deu mais uma pernada até a roça de abacaxi que mantem com duas amigas; e, na volta, trouxe ervas para preparar um banho de folha para um neto adoentado. Agora, atrasa o preparo do almoço, porque se levantou para me contar, com o corpo todo, o que um radialista conhecido dissera em seu programa, no dia anterior: que os moradores da região precisavam se defender dos “falsos índios”, gente de “cabelo ruim” que queria se passar por indígena para “ter mais direitos que os outros” e “roubar terras”.

Os povos indígenas que vivem no sul da Bahia – os Tupinambá, Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe (etnônimo englobante que inclui seis etnias, entre as quais os Kariri-Sapuyá) – pensam-se, muitas vezes, como “índios misturados”. Isto é, como índios cujos fenótipos desafiam o imaginário vigente sobre como um índio “deve ser”. Transmitindo sua história oralmente, vêm resistindo há séculos, de forma mais ou menos silenciosa, ao avanço dos brancos sobre suas vidas. Sobreviveram a massacres e grandes febres; desenvolveram intrincadas estratégias para resistir subterraneamente no interior dos aldeamentos jesuíticos; e, quando a correlação de forças lhes era sumamente desfavorável, no tempo dos coronéis de cacau, recuaram. Alguns tiveram de partir, outros se mantiveram em diminutos pedaços de terra, prensados pelos fazendeiros. No final dos anos 80, com os direitos territoriais indígenas reconhecidos pela Constituição Federal e com a economia cacaueteira em severa decadência – em decorrência, entre outros fatores, da vassoura-de-bruxa, praga que se alastrou na região –, teve início um novo capítulo da luta dos povos indígenas do sul da Bahia por seus direitos.

Hoje, dona Maria tem papel proeminente em um dos mais vigorosos processos de recuperação territorial em curso no país, que se desenrola na Terra Indígena Tupinambá de Olivença, em porções de Buerarema, Ilhéus e Una. Casada desde os 15 anos de idade com seu Lírio, como é conhecido Rosemiro Ferreira da Silva, o pajé da aldeia Serra do Padeiro, ela atua na mobilização dos mais de mil indígenas que vivem ali. Já assistiu à prisão de três filhos, em decorrência da luta pela terra: Rosivaldo Ferreira da Silva, o cacique Babau, alvo de ameaças de morte e três vezes encarcerado; Givaldo Ferreira da Silva, que, assim como Babau, foi mantido em uma penitenciária de segurança máxima; e Glicéria Jesus da Silva, que ficou dois meses e meio presa, junto a seu bebê de colo.

A ilegalidade das prisões foi denunciada, reiteradamente, pelo Ministério Público Federal. Isso não impediu que se construísse, na imprensa, uma virulenta narrativa sobre o “Lampião do sul da Bahia” e os “bandidos que se dizem índios”. A mais recente prisão de Babau, em 2014, convenientemente ocorreu às vésperas de uma viagem que faria ao Vaticano, para denunciar ao papa as violações aos direitos indígenas cometidas pelo governo brasileiro. A prisão de Glicéria, por sua vez, em 2010, aconteceu um dia depois de ela denunciar ao presidente Lula os ataques diários que a Polícia Federal vinha promovendo em sua aldeia.

Dona Maria se sobressalta, às vezes. “Tem dias em que eu acordo com um preconceito ruim, como se estivesse derramando fel dentro de mim.” Mas continua em luta pela terra que, conforme as premonições dos velhos e as mensagens trazidas pelos encantados na casa do santo, sempre foi dos índios e a eles haverá de voltar. Os encantados ou caboclos – entidades não humanas que possuem domínios territoriais específicos e têm capacidade de se deslocar,

CONT.



transmitir recados e mesmo “baixar” em alguns indígenas – são centrais na cosmologia dos Tupinambá da aldeia Serra do Padeiro. Sua morada é a formação rochosa que se destaca na paisagem e dá nome à aldeia. Para os indígenas, a existência de vínculos específicos entre eles próprios, o território e esses seres é a dimensão mais profunda de sua identidade étnica. No processo de recuperação territorial, eles têm jogado papel central, instando os índios a lutar pela terra, ensinando-lhes estratégias e, sobretudo, protegendo-os.

Alguns indígenas dizem ter passado a ver, nos últimos tempos, certas visagens que nunca haviam presenciado antes, mas que conheciam por meio de relatos dos pais. Em maio de 2012, eu estava na aldeia quando o pajé incorporou um encantado que ninguém – nem ele mesmo – conhecia. Com fala e gestos mansos – ao contrário do impetuoso encantado Tupinambá, que costuma aparecer em situações de enfrentamento –, Marombá disse aos presentes que iria “cantar para as pessoas ficarem sabendo das coisas”. Mais tarde, complementou: “o caboclo Marombá vai ajudar vocês a viver, a levantar a aldeia”.

É difícil descrever a efusividade com que os indígenas o saudaram. Ou a alegria quando duas irmãs indígenas, que viviam em situação precária no interior de São Paulo, finalmente puderam retornar à aldeia, de onde haviam partido anos antes. O retorno mais se assemelhou a um resgate, já que, na cidade, elas espiritaram, isto é, enlouqueceram. “Os encantados não gostam que a gente fique longe da aldeia”, explicaram-me. Logo após a retomada de uma fazenda, seus parentes – que até então não podiam acolhê-las, pois careciam de terras para o sustento – buscaram-nas para viver ali. Junto aos filhos, somavam onze pessoas.

Na história das irmãs, de dona Maria, de sua mãe, de suas filhas, sobressaem características da violência específica que, no marco da expropriação territorial, abateu-se sobre as mulheres indígenas do Nordeste, conjugando discriminações de etnia, gênero e classe social. “Os velhos, os troncos velhos (antepassados de referência, considerados os sustentáculos da identidade indígena) contavam muita história das índias. As índias é que eram mais agredidas. Porque você sabe que os índios machos eram mais para matar, para perseguir, mas as índias mulheres... eles sempre queriam se aproximar das índias. Levavam para botar para ser empregada, botavam para outro canto, outro estado, outro lugar”, lembra. Muitos relatos aludem também às índias que vagavam “desamparadas”. “Menino nas costas, menino andando, menino doente.” “Onde passava, ela dava um menino.” Algumas foram forçadas a se prostituir, ao passo que outras terminaram por se envolver em relacionamentos indesejados com não índios, marcados, quase sempre, pela violência.

Nita, a mãe de dona Maria, deixou cedo a reserva Caramuru-Catarina-Paraguaçu, que se encontrava tomada por não índios. Aonde havia trabalho, ela ia. Isso explica por que dona Maria nasceu em Nova Canaã, no sudoeste da Bahia. “Trabalhei desde que nasci. Mãe trabalhava em fazenda de café, me levava para a roça e tinha que me deixar lá, com os jatiuns (mosquitos) me mordendo.” Em seguida, Nita passou a lavar roupa de ganho e dona Maria se encarregava dos panos menores. Mais tarde, as duas trabalharam quebrando pedras, em uma jazida de mármore azul que foi explorada no interior da reserva indígena. Depois de muito perambular, chegaram à Baixa Verde, perto da Serra do Padeiro, onde vivia seu Lírio,

CONT.



filho do rezador mais afamado da região, João Ferreira da Silva, ou João de Nô. Ainda em vida, João de Nô deixou ao casal um pedaço de terra ao pé da serra, a morada dos encantados. Um pedido: que não a vendessem. E uma profecia, de que dona Maria se lembra bem:

– O velho João cansou de dizer: “Aqui nessa região ainda vem época de o rico desejar ser pobre”. Porque, quando viesse a vassoura-de-bruxa, os ricos iam perder tudo e os pobres já não tinham nada mesmo... A melhor coisa do mundo que deus deu foi a vassoura-de-bruxa: deus mandou a bruxa para poder salvar o pobre. Só fala que foi desgraça quem não conhece da terra, quem não quer viver na terra. Porque o pobre, de primeiro, era mangado, pobre era pisado, tinha que trabalhar ali e se matar. E pobre não tinha direito de terra. Se fosse no tempo em que não tinha a vassoura-de-bruxa, os índios estavam se apoderando de terra? Uma peste que estavam! Ô, meu deus, os ricos mandavam matar tudo!

O avanço da fronteira agrícola no sul da Bahia, impulsionado pelo cacau, tivera início no final do século 19, mas a pressão sobre a porção mais interior do território tupinambá, onde se situa a aldeia Serra do Padeiro, só se intensificaria a partir de meados do século 20. Começaram a chegar “cartas de advogado”, dizendo que seu Lírio, dona Maria e os filhos tinham de deixar a área. Junto com as cartas, vieram as tocaias, em beira de estrada, atrás das árvores, de pedras grandes.

“Quando o velho João morreu, o povo atacou mesmo. Juntaram de unha e dente, pistoleiro, tiro, e a gente... Eu, com uma ruma de menino pequeno, a barriga grande na boca, barrigona, e era tanta infernação. Mas a gente lutou muito, rezou muito, chamou muito por deus e pelos encantados, e hoje nós estamos aqui. Mas não parou a guerra ainda, não. Para nós estarmos aqui, a luta é grande, é pesada.”

Na época em que eu vivia ao pé do seu fogão, fazendo pesquisa de campo para minha dissertação de mestrado, dedicada às retomadas, dona Maria crescia os olhos sobre os meus cadernos. Com a memória treinada, desde menina, para reter versos de roda, histórias e cantigas, ela tornou-se uma narradora exímia e, sendo muito curiosa, seu estoque de histórias só fazia crescer. Mas a passagem do tempo arrastava pedaços de narrativas, o que a inquietava sobremaneira. “Se eu soubesse ler, eu ia sentar e escrever tudo que já passou pela gente nessas áreas de retomada. Toda hora que eu lembrasse, eu ia lá e escrevia o que eu lembrei”. Mas, em seguida, ponderou: “Se bem que... se eu soubesse escrever, nem o diabo poderia comigo”.

Para que mais gente possa escutar as palavras de dona Maria e de seus companheiros engajados no retorno da terra, conhecendo a justeza e a beleza de sua luta, estou às voltas – junto aos Tupinambá e à documentarista e cinegrafista Fernanda Ligabue – com a produção de um documentário de curta-metragem. Para viabilizar sua conclusão, criamos uma campanha de financiamento coletivo e convidamos você a colaborar, ajudando-nos a pressionar pela demarcação da TI Tupinambá de Olivença. Porque, como diz dona Maria:

– Terra, o povo pensa que é para comercializar, são os olhos grandes. Mas terra é para viver bem, terra é para se viver bem nela.



Indígenas de RO concorrem a vagas em processo seletivo de universidade

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 08.01.2015

Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural oferece 60 vagas. Inscrições podem ser feitas até o próximo dia 19 de janeiro no site da Unir



Índios participam de processo seletivo da Unir
(Foto: Dayanne Saldanha/G1)

Indígenas poderão concorrer a 60 vagas para o curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural, oferecido pela Universidade Federal de Rondônia (Unir). As inscrições para o processo seletivo devem ser realizadas até o próximo dia 19 de janeiro, no site da instituição.

As inscrições podem ser feitas ainda no campus da Unir em Ji-Paraná, de 14h às 18h, ou nas comissões locais dos municípios onde as provas também podem ser realizadas, como Cacoal, Vilhena, Alta Floresta do Oeste, Porto Velho, Guajará-Mirim e Seringueiras. As provas estão agendadas para 8 de fevereiro, de 14h às 18h.

As vagas são ofertadas pelo campus de Ji-Paraná e podem participar os indígenas que concluíram o Projeto de Formação em Magistério Indígena ou o Ensino Médio. O processo seletivo será constituído de uma prova dividida em questões de múltipla escolha e dissertativas, com conteúdos básicos do Ensino Médio.

Os candidatos indígenas estão isentos da taxa de inscrição para o processo seletivo.

As bruxas ainda vivem! Afinal, o que são as parteiras tradicionais?

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.01.2015

Por Emanuelle Goes* – População Negra e Saúde



Demorei um pouco para escrever sobre a minha experiência ao me deparar com uma bruxa, de fato, aquela parteira tradicional é uma bruxa. Estou falando de Dona Zefa (Josefa Maria da Silva, nascida na Serra da Guia (SE). Parteira, quilombola, líder comunitária e religiosa, consultora, orientadora, benzedeira, médica, mediadora de conflito, pai, mãe e a via de solução, finalizando: porta e saída para tudo em sua comunidade) e que tive a oportunidade de conhecer ao realizar a interlocução do seu dialogo com outras mulheres no Seminário Mulher e Cultura, dialogamos sobre corporeidade e feminismo, e como as mulheres de comunidades e povos tradicionais tem o seu espaço de autonomia fortalecido pelas praticas tradicionais como a realização do parto, alem das rezas e bênçãos. Pois neste lugar a cultura, o cuidado, o feminino é político.

Dona Zefa, tanto em sua comunidade como no hospital local é conhecida como Dona Guia,

CONT.



uma liderança que orienta, uma mulher que guia o ser humano trazendo para este mundo, sim em suas mãos milhares de pessoas chegaram neste mundo, foi ela que Guiou, orientou, Dona Zefa, Dona Guia, “a nossa bruxa”. Dona Zefa, iniciou como parteira aos 11 anos de idade e como rezadeira aos 7, o que ela traz é dos antepassados, é sua missão de vida, quando se refere a sua espiritualidade, o seu saber e o cuidado empírico.

Só para fazer um resgate histórico, no processo de execução de milhares de pessoas na Europa Ocidental, das quais 70% a 90% eram mulheres, a história da caça as bruxas e a extinção de curandeiras devem ser vistas como parte da história da exclusão das mulheres da prática na saúde e onde neste lugar as mulheres eram vistas como sabias – curandeiras, parteiras e herboristas (VIEIRA, 2002). A retirada das mulheres deste espaço foi estratégico para o estado e para a igreja em monopolizar e patriarcalizar o saber e o conhecimento das mulheres, além de ter o maior domínio e controle sobre o seu corpo.

No Brasil onde as práticas de saúde tem o modelo biomédico como hegemônico, em que tem na figura do profissional médico como o sabedor e detentor do conhecimento, é difícil garantir a prática de outros cuidados de saúde integral e humanizado inclusive os tradicionais frente a fragmentação e medicalização da atenção. O reconhecimento tradicional como parte integrativa da atenção a saúde vai na contramão do modelo hospitalocêntrico, especialmente na medicalização do parto. Sabemos do aumento do número de cesária (intervenção que só pode ser realizada pelo médico(a)) no País e ao mesmo tempo se reconhece que intervenções realizadas com outras profissionais como enfermeira obstetra e obstetriz e por parteiras tradicionais reduz severamente o risco de morte materna. Então precisamos avançar nesta agenda por uma saúde integral, pela qualidade de vida das mulheres.

“O acesso aos cuidados de saúde de qualidade é um direito humano básico. Cerca de 40 milhões de mulheres ainda dão a luz sem cuidados especializados, aumentando o risco de morte e invalidez tanto para a mãe quanto para o bebê. Mais do que nunca, o mundo precisa agora de parteiras. Investimentos nesses profissionais podem ajudar a evitar o significativo número de aproximadamente 290 mil mortes maternas e 3 milhões de mortes de recém-nascidos que ocorrem todos os anos devido à falta de profissionais de saúde bem formados e regulamentados, além de instalações adequadas. E parteiras ou parteiros ajudam mais do que o nascimento dos bebês: elas e eles também fornecem informações e serviços em saúde reprodutiva, incluindo cuidados no pré-natal e pós-natal e planejamento familiar” (UNFPA)*.

Fonte:

UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas -Mensagem para o dia Internacional das Parteiras e Parteiros Profissionais 2014; Ampliando la base de prestadores de servicios que ofrecen servicios de aborto seguro

VIEIRA, E. M. A medicalização do corpo feminino. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002

*Enfermeira, Blogueira, Movimento de Mulheres Negras, Doutoranda em Saúde Pública (UFBA)

Reinaldo e equipe ouvem reivindicações de índios

SÍTIO DIÁRIO DIGITAL, 08.01.2015

Indígenas entregam reivindicações para governo e parabenizam por diálogo direto



Reinaldo e lideranças indígenas se encontram em primeira solenidade pública no novo governo (Foto: Victor Chileno)

A primeira solenidade pública de sua gestão Reinaldo Azambuja é um momento histórico em Mato Grosso do Sul. Ele, juntamente com integrantes do governo, ouve lideranças indígenas na tarde desta quinta-feira na governadoria. O tucano prometeu formatar a política pública indígena ouvindo os próprios índios de várias etnias de Mato Grosso do Sul. As lideranças fizeram diversas cobranças. Um documento entregue por várias etnias pede fim do conflito fundiário, saúde, educação, segurança, professores indígenas, vagas ampliadas. Entre as primeiras medidas do novo governo está a criação de uma subsecretaria composta por integrantes de cada etnia indígena de Mato Grosso do Sul. Os índios que estão presentes na reunião parabenizaram a atitude de Reinaldo Azambuja por falar diretamente com eles. O encontro ainda acontece na sede da governadoria, no Parque dos Poderes, em Campo Grande.

Leia mais em: <http://www.diariodigital.com.br/politica/reinaldo-e-equipe-ouvem-reivindicacoes-de-indios/124728/>



Incêndios criminosos impedem regeneração florestal em terra indígena

SÍTIO CEDEFES, 08.01.2015

Buscar alternativas eficazes e viáveis para a recuperação da Terra Indígena mais desmatada da Amazônia Legal é o maior desafio. O fogo criminoso tem impedido o processo de regeneração natural. Sem floresta, os Xavante enfrentam muitas dificuldades para manter suas tradições

Os Xavante da Terra Indígena (TI) Marãiwatsédé, no leste mato-grossense, tentam manter as tradições que herdaram de seus antepassados, mas enfrentam desafios para conseguir os recursos da natureza para fazer suas casas, seu artesanato e para realizar seus rituais. A caça também está escassa e até água falta. Além disso, acredita-se que a água de alguns rios esteja contaminada com agrotóxicos.

Os desafios são enormes, talvez até maiores do que foi conseguir recuperar a posse da terra que era ocupada por seus antepassados. A desintrusão de não índios da TI Marãiwatsédé terminou em janeiro de 2013 (saiba mais sobre esse caso). E deixou como herança para os Xavante a TI mais desmatada da Amazônia Legal. Dos 165 mil hectares, localizados na região norte do Araguaia mato-grossense, mais de 104 mil hectares estavam desmatados na época da desintrusão. Os restantes 40% de floresta ficam longe da aldeia, estabelecida na área mais desmatada. (veja no gráfico abaixo o ranking do desmatamento de TIs)

Situadas em Terras Indígenas demarcadas, as aldeias Xavante quase não mudam de local. Sem caça e coleta suficientes para alimentar a todos, os índios sobrevivem com as míseras cestas básicas do governo, que trouxeram com elas o sedentarismo e muitas doenças. Mesmo assim a comida não é suficiente e também falta assistência, médica principalmente.

Para que a aldeia consiga o mínimo de suprimentos tradicionais, é necessária a recuperação dos mais de 100 mil hectares desmatados. Porém, a situação é crítica. "Desde 2013, houve mais devastação que regeneração", diz Diego Schmith Gino, da Opan. É isso mesmo que você leu. Depois da desintrusão, milhares de incêndios, além de impedir a regeneração, estão devastando o que resta de mato da Terra Indígena. Somente em agosto de 2014, no auge da seca, os satélites do Inpe detectaram 1.200 focos de queimadas dentro da Marãiwatsédé, conforme análise feita pelo ISA (Instituto Socioambiental). (veja o gráfico publicado no boletim de Olho no Xingu).

O modo de vida dos Xavante

O pensamento difundido na sociedade de que existe pouca terra para muito índio nasceu devido a desinformação sobre a cultura indígena e com base em uma visão que prioriza o uso

CONT.



da terra para a produção agropecuária e o lucro econômico. Os Xavante utilizam a terra para extrair o alimento que consomem, não para produzir e vender.

De acordo com a indigenista da organização Operação Amazônia Nativa (Opan), Maria Nahssen, que trabalha com os Xavante, esse é um povo tradicionalmente seminômade. "É um povo caçador e coletor", explica. Antes da colonização da região Xingu/Araguaia, os Xavante ocupavam uma área muito maior. As aldeias eram transferidas de local de tempos em tempos.

Dentro da organização social dos Xavante, os homens são responsáveis pela caça e proteção, pela manutenção dos rituais e cerimônias religiosas; as mulheres pelos afazeres familiares, coleta e plantio. Trabalhos bem definidos e uma rotina guiada pelas estações do ano e sustentada pelo que a natureza oferecia. Neste ritmo eles viviam, mudando de lugar, caçando e coletando.

As roças xavante são compostas por espécies que se mantêm no sistema florestal por longo prazo. Baseada em um manejo prolongado e agroflorestal, os Xavante são também agricultores, pois parte das espécies coletadas, como cará, inhames e batata doce, são domesticadas para a coleta.

Buscar alternativas eficazes e viáveis para a recuperação da Terra Indígena mais desmatada da Amazônia Legal é um desafio. E deverá acontecer por meio da regeneração natural com auxílio das técnicas existentes, como o plantio mecanizado de sementes florestais. Mas o fogo tem impedido a regeneração natural, a alternativa mais barata. "Se der uma cessada nas queimadas, a gente acredita que em poucos anos a floresta estará grande novamente", diz Diego.

Os Xavante culturalmente põem fogo na mata para fazer roça e caçar. Mas é um incêndio controlado e se for praticado de tempos em tempos, alguns estudos indicam ser benéfico para o equilíbrio do Cerrado. Porém a quantidade e a constância dos focos na TI em processo de regeneração e fragilizada, traz um desequilíbrio que está matando o que sobrou da vegetação.

Para 2015, existe a expectativa de os Xavante ocuparem mais o território. Por enquanto, eles estão em apenas uma aldeia, que fica localizada em um extremo da TI, mas a dinâmica cultural Xavante possibilita que as aldeias se fragmentem à medida que elas incham. No caso de Marãiwatsédé, a aldeia permaneceu unida por causa do perigo dos invasores.

Com a ocupação, poderá haver maior controle do território com a diminuição das invasões e dos incêndios criminosos. Diminuindo os incêndios, enfim, a floresta pode se regenerar e oferecer uma perspectiva de vida diferente para as futuras gerações. Depois de conquistara terra, a luta dos Xavante continua.

Coleta de sementes é alternativa viável

Sem recursos naturais suficientes e com ajuda mínima do governo, os Xavante estão buscando

CONT.



alternativas de renda para suprir suas necessidades mais básicas. Só que isso precisa ser feito com respeito à sua cultura. Uma dessas alternativas foi a criação, em 2011, de um grupo de coletoras de sementes, que hoje totaliza 35 mulheres. Em 2014, a coleta rendeu apenas R\$ 5.895,23. Parece pouco, mas foi mais que o dobro que o arrecadado em 2013, de R\$ 2.273,54, tornando-se uma importante fonte de renda para as famílias.

A indigenista Maria Nahssen explica que a coleta só não é maior por conta da devastação, e também por falta de transporte. "As áreas de floresta ficam longe da aldeia e eles não possuem locomoção para fazer esse deslocamento". Para o ano que vem está sendo planejada a realização de expedições para a coleta de sementes.

As sementes são entregues para a Associação Rede de Sementes do Xingu, com sede em Canarana/MT, que tem hoje 421 coletores associados espalhados pela região Xingu/Araguaia e que comercializou neste ano mais de 26 toneladas de sementes florestais para a recuperação de áreas degradadas em todo o Brasil.

Para o ano que vem, utilizando recursos do FAM (Fundo Amazônia), estão previstas a construção de um viveiro de mudas e de uma casa de sementes na aldeia, além da aquisição de kits de beneficiamento de sementes. Capacitações para melhorar a eficiência também estão sendo programadas.

De acordo com suas possibilidades, os Xavante já recuperaram um hectare de área degradada com o plantio de sementes a lanço. Até o final do ano estava previsto o plantio de mais três hectares. Com a coleta de sementes, os quintais das casas também estão cheios de árvores, principalmente frutas.

Fonte: <http://www.brasildefato.com.br/>



Indígenas do Vale do Javari temem exploração de petróleo

SÍTIO CEDEFES, 08.01.2015

A exploração quer abrir áreas para atividades privadas de gás de xisto, o que preocupa ambientalistas e indígenas da região pois requer a introdução do 'fracking', agressivo método extrativo

A exploração quer abrir áreas para atividades privadas de gás de xisto, o que preocupa ambientalistas e indígenas da região pois requer a introdução do 'fracking', agressivo método extrativo

Indígenas que habitam a região do Vale do Javari, Oeste do Amazonas, temem que as atividades de empresas mineradoras e petroleiras desenvolvidas próximas ao rio Javari, no lado peruano, causem danos ambientais no lado brasileiro nos próximos dois anos.

O motivo de tanto alarde é que o Governo Federal pretende tirar do papel o plano de exploração de um imenso bloco de 19 mil km², que vai do Norte do Acre ao Sul do Amazonas, situado entre unidades de conservação e as terras indígenas do Javari.

O objetivo da exploração, de acordo com denúncias de lideranças indígenas, é abrir áreas para atividades privadas de gás de xisto, o que preocupa ambientalistas e indígenas da região. Isso porque a atividade requer a introdução do método "fracking" ou fraturamento hidráulico para a extração.

Considerado um dos processos de produção de energia mais agressivos ambientalmente, segundo especialistas, esse tipo de exploração está proibido em vários países do mundo, pois a atividade consiste no uso de uma fórmula contendo componentes químicos (alguns deles radioativos) que são injetados no subsolo, sob a pressão de 5 mil atmosferas para fazer o metano se desprender do solo.

Antes da injeção desse coquetel químico são realizadas violentas explosões no subsolo para quebrar as rochas sedimentares. Tais explosões, segundo depoimento do coordenador da Fundação Nacional do Índio (Funai), Bruno Pereira, são constantes e ouvidas a quilômetros de distância, causando receio entre os indígenas.

"Em nenhum momento os indígenas foram procurados sobre esse tipo de atividade exercida, eles não tiveram acesso às informações sobre os empreendimentos e não foram consultados sobre os possíveis impactos", afirma Pereira.

Por e-mail, um dos líderes da Comunidade Nativa Matsés (CNM), no Peru, Angel Dunú Maya, respondeu ao A CRÍTICA, que os impactos das atividades petroleiras e de mineradoras

CONT.



desenvolvidas em áreas próximas as comunidades indígenas consistem nas espoliações de terras tradicionalmente ocupadas, poluição da atmosfera e dos cursos d'água, emissões de gases e vapores nocivos, além de incêndios e explosões.

Os Matsés peruanos entendem que os impactos que este tipo de exploração trazem afetam a integridade territorial e o bem-estar das comunidades indígenas. Em resposta, a Pacific Stratus, uma das empresas que atua na exploração de petróleo, admite que, no passado, muitas petrolíferas foram causadoras da poluição, mas afirmou que, agora, a atividade petrolífera está melhor regulada pelas leis e vigiada pelas organizações internacionais.

Riscos

As perfurações e as explosões do poço podem causar contaminação dos lençóis subterrâneos de água, segundo especialistas que debateram sobre o assunto durante a 66ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizado em julho deste ano, em Rio Branco (AC).

A produção de gás xisto exige grandes quantidades de água para injetar nos poços. A água contaminada volta do poço e pode vazar, poluindo os rios da região. "Esse tipo de exploração pode causar impactos nas comunidades que vivem próximas às zonas de exploração, como contaminação da água, peixes, entre outros", ressaltou Bianca Dieile, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), mestre em Engenharia Hidráulica e Saneamento.

Por outro lado, o palestrante Luiz Fernando Scheibe, doutor em Ciências (Mineralogia e Petrologia), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), resalta que o Brasil ainda não tem experiência na exploração de gás de xisto, apenas de gás natural e petróleo. Esse tipo de exploração está, segundo os pesquisadores, em fase de estudo no Brasil.

Situação emblemática

Para contornar a situação emblemática na fronteira entre Brasil e Peru, na região do Vale do Javari, diante de uma nova investida das mineradoras nas comunidades indígenas, os matsés, bem como as demais etnias indígenas, pedem apoio ao governo brasileiro para que o mesmo dialogue com as autoridades peruanas.

O pedido ganhou reforço durante a "5ª Reunião Binacional Matsés Peru-Brasil", no Distrito de Yaquerana, no Peru. Na ocasião, as lideranças indígenas reivindicam no documento, o qual A CRÍTICA teve acesso, que a Marinha de Guerra do Peru, o Exército Brasileiro, a Polícia Federal, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Governo Regional de Loreto e o Serviço Nacional de Áreas Naturales Protegidas (Sernanp), realizem ações de fiscalização e monitoramento do rio Jaquirana.

As lideranças demandam ainda que se divulguem os estudos sobre a localização de indígenas

CONT.



em isolamento voluntário a serem realizados pela Funai e a organização indígena Aidesep (Associação Interétnica da Selva Peruana).

O chefe da Comunidade Nativa Matsés (Perú), Daniel Vela Collantes, disse que será movido um processo internacional aos responsáveis pela exploração perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), com o apoio da Aidesep. "Exigimos a imediata interrupção de toda a atividade petroleira, por ser uma ameaça que torna vulnerável as populações indígenas", diz um trecho do documento, assinado por Daniel Collantes.

Preocupação

O coordenador da Fundação Nacional do Índio (Funai) no Vale do Javari, Bruno Pereira, ressalta que uma das preocupações apontada pelos indígenas é quanto às constantes explosões de bombas nos pontos de exploração. As informações repassadas pelos indígenas à Funai dão conta que as atividades das mineradoras fazem parte da pesquisa com fins de exploração de gás xisto.

Para Bruno, caso o projeto de exploração venha a ser implementado, poderá trazer impacto ao solo brasileiro. "Os indígenas têm manifestado repúdio quanto à exploração de petróleo próximo às suas terras, principalmente o povoado matsés, que ocupam os dois lados da fronteira (Peru e Brasil)", diz.

De acordo com coordenador da Funai, Bruno Pereira, as áreas indígenas, tanto do lado peruano, quanto do lado brasileiro, são áreas ocupadas por índios isolados, cuja Funai ainda não tem referência.

O vice-presidente da Organização Geral Mayoruna (OGM) no Brasil, Raimundo Mean Mayoruna, destacou que a reunião feita entre as lideranças indígenas de ambos países é uma estratégia para que a comunidade indígena não venha a ser prejudicada.

Opinião

"Os matsés são chamados no Brasil de mayorunas. Separados por uma fronteira 'imaginária', criada há mais de um século e meio, sempre mantiveram um elo emanado em manter suas tradições culturais. Desta vez, diferentemente das décadas passadas, a luta dos índios fronteiriços auferiu apoio não só das demais etnias que habitam aquela região, mas de especialistas e ambientalistas, o que pode possibilitar numa investida maior na defesa das terras indígenas, bem como, a ascendência de novas pesquisas e mecanismos, que propiciem um bem maior para a Cultura e o Progresso" - Náferon Cruz, repórter.

Fonte: Jornal A Crítica - <http://acritica.uol.com.br>